PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA LUIZA MACHADO PIMENTEL

Evolução da integração econômica do Mercosul no período 2001 à 2021

Goiânia
2024

ANA LUIZA MACHADO PIMENTEL

Matrícula 2021.1.0021.0065-4

Evolução da integração econômica do Mercosul no período 2001 à 2021

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Profª. Ms. Neide Selma N. Oliveira Dias

Goiânia

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA LUIZA MACHADO PIMENTEL

Matrícula 2021.1.0021.0065-4

Evolução da integração econômica do Mercosul no período 2001-2021

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientador: Prof. Ms. Neide Selma N. Oliveira Dias

Membro: Prof. Ms. Mauro César de Paula

Membro: Prof. . Ms. Gesmar José Vieira

Goiânia
Data da aprovação: 05 /dezembro/2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, saúde e determinação durante toda a trajetória acadêmica.

Aos meus pais e familiares, pela paciência, incentivo e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

A minha orientadora, Neide Selma N. Oliveira Dias, por compartilhar seu conhecimento, pela paciência e pelas orientações valiosas que me ajudaram a construir este trabalho.

Aos meus amigos e colegas de curso Maria Luiza e Josepha, pela troca de experiências, pelos momentos de aprendizado e pelas risadas que trouxeram essa caminhada mais leve.

E, por fim, a todos os professores e colaboradores da PUC, que desenvolveram para minha formação pessoal e profissional.

Este trabalho é dedicado a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada. Minha muito obrigada!

“O Senhor renova as minhas forças e me guia por caminhos certos, como ele mesmo prometeu”. (Salmos 23:3)

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da integração econômica do Mercosul no período de 2001 a 2021, com foco no crescimento do comércio intra e extrabloco, na evolução do PIB dos países membros, o fluxo Investimentos Diretos Estrangeiros (IED) e nos desafios enfrentados pelo bloco. A análise partiu da seguinte problemática: compreender qual foi a evolução do Mercosul entre 2001 à 2021? A metodologia adotada neste trabalho classifica-se como exploratória descritiva, com análise de dados econômicos como indicadores da evolução da integração do Mercosul, baseada em fontes bibliográficas e estatísticas. Baseando nas principais variáveis como, o PIB anual dos países-membros, PIB do Mercosul e a participação de cada país, o fluxo dos IED's e comercio intra e extrabloco, fornecidos pelo site do Mercosur, pelo Banco Mundial e pelo InvestVis. Foi estipulado como hipótese de que houve uma integração econômica positiva, destacada pelo aumento das exportações e importações do comércio intra e extrabloco. Conclui-se à seguinte conclusão, de que houve uma grande participação do comercio extrabloco, para o desenvolvimento da integração econômica do Mercosul.

Palavras-chave: Integração Econômica; Comércio Intrabloco; Comércio Extrabloco; Investimentos Diretos Estrangeiros; Mercosul.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial do Mercosul no período 1991 a 1998 (1991 = base 100) 29
Gráfico 2 – Comércio Intrabloco: O fluxo das exportações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões) 34
Gráfico 3 – Comércio Intrabloco: O fluxo das importações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões) 35
Gráfico 4 – O fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Mercosul entre 2001 a 2021 (em US$ Bilhões) 36
Gráfico 5 – O fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no países-membros entre 2001 a 2021 (em US$ Bilhões) 37
Gráfico 6 – Comércio Extrabloco: O fluxo das exportações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões) 41
Gráfico 7 – Comércio Extrabloco: O fluxo das importações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões) 42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho comercial do Mercosul no período 1991 a 1998 (em US$ Milhões) 30
Tabela 2 – PIB (anual %) dos países membros do Mercosul entre 2001 a 2021 38
Tabela 3 – A participação (em %) dos países membros no PIB do Mercosul entre 2001 a 2021 39

LISTA DE SIGLAS

ACE - Acordo de Complementação Econômica
ACP - Acordo de Comércio Preferencial
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
BCE – Banco Central Europeu
CCM – Comissão de Comércio do Mercosul
CE – Comunidade Europeia
CMC – Conselho do Mercado Comum
CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio
EUA – Estados Unidos
FCES – Foro Consultivo Econômico-Social
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GMC – Grupo Mercado Comum
IED – Investimentos Estrangeiros Diretos
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMC – Organização Mundial do Comércio
PIB – Produto Interno Bruto
PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica
SACU - União Aduaneira da África Austral
SAM – Secretaria Administrativa
TEC – Tarifa Externa Comum
UE – União Europeia
USMCA – Acordo Estados Unidos-México-Canadá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MERCOSUL 13
1.1 . FORMAÇÃO E CONCEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA 13
1.2 . BLOCOS ECONÔMICOS 15
1.3 . CLASSIFICAÇÃO 17
1.3.1. ZONA DE LIVRE COMERCIO 17
1.3.2. UNIÃO ADUANEIRA 18
1.3.3. MERCADO COMUM 18
1.3.4. UNIÃO ECONÔMICA 19
1.4 . MERCOSUL: FORMAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA 19
2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL 22
2.1 . CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL 22
2.2 . TRATADO DE ASSUNÇÃO (1991) AO PROTOCOLO DE OURO PRETO (1994) 23
2.3 . PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÕES DO MERCOSUL 26
3. EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO MERCOSUL 29
3.1 . OS PRINCIPAIS ACORDOS COMERCIAIS 29
3.2 . COMÉRCIO INTRABLOCO: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL. 34
3.3. INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS: ANÁLISE DOS FLUXOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (IED) NO BLOCO. 37
3.4. EVOLUÇÃO DO PIB: COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO DO PIB DOS PAÍSES MEMBROS AO LONGO DO PERÍODO. 39
3.5. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES EXTRABLOCO 43
CONCLUSÃO 48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 50

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi instituído em 1991 pelo Tratado de Assunção e consolidado em 1994 com o Protocolo de Ouro Preto, configura-se como um dos maiores blocos econômicos da América Latina. Fundado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dos países-membros por meio da integração regional, da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias e da cooperação de políticas macroeconômicas. A formação do Mercosul buscou proporcionar maior competitividade internacional e fortalecer as economias locais, promovendo uma integração econômica entre seus participantes.

O Mercosul surgiu em um contexto histórico de grande importância, caracterizado pela redemocratização de países como Brasil e Argentina, pela necessidade de recuperação econômica após crises prolongadas. A implementação da união aduaneira, que veio por meio, da criação da Tarifa Externa Comum (TEC), representou um avanço para o comércio intra e extrabloco do Mercosul, estabelecendo a ampliação do comércio intrabloco e tornando uma atração para os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

Entretanto no contexto apresentado foi levantado o seguinte questionamento: Qual foi a evolução da integração econômica do Mercosul durante 2001 a 2021?

A hipótese estabelecida em resposta a problemática é de que, a principal evolução da integração econômica do Mercosul durante o período analisado é o crescimento do comércio extrabloco, pela grande demanda das *commodities* levando a uma expansão no comercio internacional.

O objetivo geral de analisar a evolução do Mercosul durante 2001 a 2021 para obter a evolução da integração econômica do Mercosul foi necessária uma análise de dados do crescimento do comércio extrabloco, a evolução do PIB dos países membros, os impactos da evolução nos países membros e o fluxo dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Mercosul.

A metodologia adotada neste trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizado um levantamento dos principais assuntos envolvidos com o tema. Também pode ser classificada como exploratória descritiva, pois procura através dos dados

oficiais do Mercosul, o sítio de estatísticas do Banco Mundial e o InvestVis, analisado para identificar a reposta ao problema adotado.

Durante a pesquisa realizada, para a análise socioeconômica foram utilizadas quatro variáveis dentro do período de 2001 a 2021, sendo estas variáveis, o crescimento do comércio intrabloco e extrabloco, fornecidos no site do Mercosul, a evolução do PIB no Mercosul e entre os países membros, fornecidos no site do Banco Mundial, e uma análise do fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), fornecidos no site InvestVis.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro aborda os fundamentos de integração econômica e a formação do Mercosul. O segundo apresenta a estrutura do bloco e os órgãos responsáveis pelo funcionamento do Mercosul. O terceiro analisa da evolução da integração econômica do Mercosul.

1. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MERCOSUL

A integração econômica é um processo por qual país estabelece acordos para reduzir barreiras comerciais, incentiva o desenvolvimento e promover a cooperação econômica. Esse processo ocorre em diferentes níveis de profundidade, começando pela Zona de Livre Comércio, que elimina tarifas entre os membros, mas mantém políticas comerciais individuais com terceiros. Avançando, encontramos a União Aduaneira, que inclui uma tarifa externa comum, seguida pelo Mercado Comum, que integra mercados para permitir a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. O estágio mais completo é a União Econômica, que combina a integração de mercados com a progressiva de políticas econômicas e fiscais.

Um exemplo de integração econômica na América do Sul é o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), formado por países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O bloco surgiu para fortalecer o comércio regional, reduzir desigualdades econômicas e promover uma maior competitividade global. Sua formação reflete o esforço conjunto desses países para construir um mercado integrado e cooperativo, incentivando o desenvolvimento.

1.1. Formação e Conceitos da Integração Econômica

A formação da integração econômica constitui no processo pelo qual, países e regiões procuram unir economicamente, na intenção de um mercado mais eficiente. Com isso, a integração econômica dentro de um bloco econômico busca benefícios mútuos aos participantes, como crescimento econômico e inovação tornando os países interdependentes.

Segundo a literatura econômica os primeiros registros de estudos relativos à integração econômica datam a partir da Segunda Guerra Mundial, na qual, Pinto (2004), relata que o decurso observado era de uma perspectiva isolacionista e levara ao fracasso.

Assim, passou-se a repensar, nos planos político e econômico, a estratégia para a viabilização de condições que permitissem uma maior liberdade do comércio através de instituições internacionais referenciadas, promotoras não apenas da eliminação de barreiras, como também de multilateralização dos pagamentos internacionais.

Na visão econômica de Vieira (2011), o uso da palavra integração para designar as relações de diferentes áreas econômicas é particularmente recente. O mesmo autor, cita que apenas após 1942 foi possível associar o termo integração econômica como forma de participação de Estados em amplitude mais regional.

Desse modo, o ineditismo no campo de atuação da economia internacional e das relações internacionais torna-se relevante a partir dos estudos clássicos de Jacob Viner em 1950 sobre as uniões aduaneiras, designadas de acordo com Silva (apud Coelho, 2003, p. 12) como “[...] o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e sua fusão em regiões mais largas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se integram”.

Apesar das contribuições de Viner, é relevante constatar que de acordo com Ferreira (apud Pinto, 2004, p. 7) é creditada a Harberler (1936) e Gregory (1921) a primazia do estudo das uniões aduaneiras.

No entendimento do fenômeno da integração econômica era compreendida nos trabalhos destes dois autores tendo-se em conta a teoria das vantagens comparativas. Segundo Pinto (2004), p. 7),

> [...] levando a que se considerasse que os acordos regionais eram benéficos tanto para países membros como para países não membros e que tais acordos produziam muitas das consequências da liberalização global do comércio. Pensava-se que toda a integração regional proporcionava aumentos nas trocas comerciais e no bem-estar mundial. De notar que não era dado relevo à distância física dos membros do agrupamento nem a outros fatores indutores das trocas comerciais, como por exemplo as afinidades culturais e linguísticas. (PINTO, 2004, p. 7)

Para Waquil (1997), a integração entre as nações define-se como um processo de eliminação da segregação entre diferentes nações. O autor argumenta que, no âmbito econômico existem dois níveis de integração: que são o nível regional e o nível multilateral.

Entretanto a integração multilateral envolve encontros entre os países com o propósito de reduzir tarifas e outras barreiras ao comércio internacional, o acordo multilateral tem a intenção de evitar a segregação, ou seja, os países envolvidos devem manter suas tarifas e outros regulamentos idênticos em relação a todos os outros países.

Segundo Freire (2009), a integração econômica regional consiste na formação de um mercado integrado de dois ou mais Estados, constituído a partir de

uma progressiva eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias de bens e serviços, os movimentos de fatores de produção e até mesmo da criação de instituições supranacionais (como no caso da União Econômica) voltadas para a coordenação e uniformização de políticas macroeconômicas.

Sendo assim, por meios de acordos comerciais os países membros passam por processos para unificação, ao decorrer, pode constituir em diferente sistema de blocos econômicos e políticas econômicas. A eliminação das barreiras tarifarias e não tarifarias é uns dos tópicos na integração econômica que visa facilitar o comercio internacional ao reduzir ou remover impostos sobre as importações e exportações.

Contudo, a harmonização dos mercados ocorre quando as políticas de cada nação são ajustadas para se tornarem compatíveis entre si, que significa que as decisões governamentais são tomadas de maneira coordenadas, com objetivos comuns entre os membros da regionalização.

Além disso, o autor afirma que existem várias áreas de integração que podem ser atingidas pelos países pertencentes a um bloco regional, tais como: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária, e Integração Econômica Total.

1.2. Blocos econômicos

A criação dos blocos econômicos foi com acordos governamentais, onde as barreiras do comércio são reduzidas ou eliminadas. Para Wurth (2010), a colaboração entre as nações teve início na Grécia antiga, onde as cidades próximas se uniram com o objetivo de proteção militar. Segundo o autor foi entre o final das Guerras Napoleônicas (1815) e o início da Primeira Guerra Mundial que começaram a surgir organizações internacionais com características semelhantes às que conhecemos hoje. O autor destaca a importância das organizações internacionais principalmente voltadas para a integração e cooperação econômica.

> Contudo os blocos econômicos, foram criados com um tipo de acordo intergovernamental onde as barreiras do comércio são reduzidas ou eliminadas. São associações criadas entre os países, com a finalidade do estabelecimento de relações econômicas entre si e entre os demais Estados-Nação, visando o crescimento das relações mútuas econômicas, com a integração das relações de comércio (MACHADO, MATSUSHITA, 2019 p. 118).

Após a Segunda Guerra Mundial a criação de blocos ganhou impulso, facilitada pelos avanços tecnológicos de comunicação e transporte, que reduziram distancias e barreiras tornando acessível a aproximação de nações e culturas diversas em busca de colaboração mútua, um reflexo da globalização.

A disseminação dos blocos econômicos regionais deve-se aos seguintes fatores: a tendencia natural de países com políticas econômicas semelhantes formarem alianças comerciais para promover o comércio multilateral e aumentar a competitividade e a adesão do Estados Unidos ao regionalismo.

Entretanto, um dos acordos mais significativos foi o GATT, ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, estabelecido em 1947. Seu objetivo era promover a redução de barreiras comerciais e alcançar benefícios mútuos. Os fundadores do GATT incluíam países como África do Sul, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Ceilão, Chile, China, Cuba, Checoslováquia, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Líbano, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Reino Unido, Rodésia do Sul e Síria. O GATT permaneceu em vigor até 14 de abril de 1994, quando foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

No contexto internacional a OMC é representa por uma estrutura central do novo sistema global de comercio, essa nova estrutura incorpora o GATT. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio acertado em 1947, que teve resultado a partir das setes rodadas de negociações multilaterais de liberalização comercial.

Portanto todos os acordos firmados foram durante a Rodada Uruguai, onde criou-se a OMC definido também os seus objetivos e propósitos em uma nova organização do comercio. Um aspecto fundamental para atingir esses objetivos é a liberação do comercio de bens e serviços, principalmente por meio da eliminação das barreiras comerciais impostas entre os países.

Conforme Thorstensen (1998), os responsáveis pelo negócio dos atuais processos de integração do MERCOSUL com o NAFTA e com a CE pode ter uma visão mais vasta de como tais assuntos que estão sendo debatidos nos diversos foros internacionais, bem como dentro da própria OMC. Sendo assim os países negociadores poderão ter uma concepção mais ampla da oportunidade, ou não, nas futuras negociações que envolvem o MERCOSUL.

1.3. Classificação

O grau de integração e cooperação econômica promovida entre os países membros, indica a classificação dos blocos econômicos. As categorias são organizadas do nível mais básico de integração ao mais avançado.

1.3.1. Zona de livre comercio

A zona de livre comercio é uma integração que os países membros removem as barreiras tarifarias e outras restrições comercias entre si, porem mantem suas próprias políticas comerciais em relação a países extrabloco.

Conforme Schoueri (2003), a categoria zona de livre comercio tem com objetivo específico que é permitir que as mercadorias circulem entre os países intrabloco sem encargos aduaneiros.

Até 2021, registra-se que o bloco NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comercio) que tem como o livre acesso aos mercados com o fim das barreiras alfandegarias entre os membros, reduzindo os cursos comerciais e aumentando a exportação. Apresentando um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canada, mais tarde em 1993 obteve uma associação ao México.

O NAFTA busca promover o comercio dentro do bloco sem a imposição de uma legislação comum e sem a criação de um órgão governamental supranacional, reduzindo as barreiras comerciais, as leis internas dos países membros permanecem inalteradas, especialmente no que diz respeito à circulação de pessoas, com foco principal na movimentação de mercadorias.

Em 1º de julho de 2020 entrou em vigor o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), um tratado de livre comércio com uma abordagem modernizada das relações comerciais. Teve com principais mudanças a atualização das regras de origem para automóveis, exigindo que a maior parte das peças sejam fabricadas no América do Norte, visando promover a competitividade da indústria norte-americana. Além disso, inclui novos capítulos específicos das práticas regulatórias trazendo inovações em áreas como o comercio digital e anticorrupção, para garantir que pequenas e medias empresas possam participar do comercio interno.

Outro destaque da USMCA é o fortalecimento no setor agropecuário e alimentar, liberando as barreiras comerciais entre os três países e beneficiando os agricultores e empresas no ramo. Esse acordo trouxe diversos avanços e inovações, tornando-se mais atraentes para investimentos em setores como tecnologia, entre outros. O impacto econômico do acordo foi evidente, em 2022 o comercio total entre os membros atingiu cerca de 1,8 trilhões de dólares, com exportações dos EUA para Mexico e Canadá ultrapassando 789 bilhões.

1.3.2. União aduaneira

A união aduaneira é um grupo de países participantes de uma associação que é representa através de dois princípios: a impetração de uma tarifa externa comum e a livre circulação das mercadorias pelos países.

Sob a perspetiva de Pereira (2006), a união aduaneira e caracterizada pelo desenvolvimento de uma política comercial que tem um dos fundamentais princípios a adoção de TEC (tarifa externa comum), isto é, os países membros adotam a mesma tarifa nas exportações e importações. Esse modelo de integração dos blocos engloba também a livre circulação não só das mercadorias, mais também pessoas e capitais.

Ainda que imperfeito, o Mercosul é uma união aduaneira. A partir da entrada no sistema da união aduaneira em 1º de janeiro de 1995, o bloco adotou uma tarifa externa comum, que significa que os produtos originários de terceiros países são tributados por alíquotas unificadas. Com essa decisão da redução das tarifas intrarregionais possibilita ao Mercosul o status de uma União Aduaneira.

1.3.3. Mercado Comum

A integração econômica entre os países de um mercado comum, onde além da livre circulação de bens e serviços e a eliminação das barreiras tarifarias e não tarifarias, o mercado comum harmoniza algumas políticas econômicas e trazendo assim normas comuns para o mercado tornando a competição justa entre os participantes do bloco.

De acordo com Vicentini (2013), o mercado comum assegura a livre circulação no interior do território comum, sendo que, nesta etapa também traz a

necessidade da harmonização da legislação dos tributos que incidam sobre o consumo.

De fato para o Cabral (2013), o Mercado Comum traz consigo a garantia e a segurança de que os Estados que a constituem formam um corpo único, ainda que cada um deles preserve suas raízes históricas, suas tradições culturais e seus idiomas.

1.3.4. União econômica

É uma organização política e econômica que assim como o mercado comum é permitido a livre circulação de bens e serviços. Os países membros também coordenam e harmonizam suas políticas econômicas, fiscais e monetárias, ou seja, incluindo a criação de instituições supranacionais que coordenam essas políticas. Outro aspecto e a implantação de uma moeda comum, que como exemplo é a Zona do Euro da União Europeia que adotaram o euro como moeda, compartilhando apenas uma única política monetária, que é administrada pelo Banco Central Europeu (BCE).

Segundo Vicentini (2013), uma característica marcante dessa etapa é a adoção de uma moeda única e de uma política monetária unificada, conduzida por um Banco Central Comunitário, pois enquanto no mercado comum as políticas macroeconômicas são apenas estabelecidas e coordenadas pelos países, na União Econômica e Monetária, a política macroeconômica é única.

1.4. Mercosul: Formação da Integração Econômica

Na década de 1980, os países da América Latina passaram por crises econômicas e políticas, sendo assim o um dos principais motivos para a cooperação regional. A parceria da Argentina e Brasil em 1985 por meio da Declaração de Iguaçu foi o início de uma cooperação bilateral, tornando o primeiro passo para a integração econômica entre os dois países.

Em 1986, Brasil e Argentina assinaram Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), com o objetivo de reduzir as barreiras comerciais, facilitando e aumentando o comercio entre os países. Mas tarde veio a criação oficial do Mercosul por meio do Tratado de Assunção em 1991, sendo assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O contrato da criação Mercado Comum do Sul definiu os principais objetivos que são: i) Possibilitar uma inserção mais competitiva das economias no cenário global; ii) Fomentar as economias de escala, resultando em uma maior produtividade; iii) Estimular o comercio do bloco com restante do mundo, tornando a região mais atraente para investimentos; vi) Incentivar a abertura das economias dos países membros; v) Orientar as ações do setor privado.

> A livre circular de bens serviços e fatores produtivos entre os países entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente; O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições me foros econômico-comerciais regionais e internacionais; A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre as Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a gim de assegurar condições adequadas de concorrência entre as Estados Partes; e O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, Art. I).

Segundo Baumann (2001), das características do Mercosul destacam-se: i) a livre circulação de bens e serviços e de fatores produtivos entre seus membros; ii) o estabelecimento de urna tarifa externa comum e a adoção de urna política comercial comum em relação a terceiros países ou grupos de países; iii) a coordenação de posições em foros internacionais; e iv) a coordenação de políticas macroeconómicas e setoriais entre os Estados partes.

Baseado em Almeida (1993), em apenas 24 artigos o Tratado de Assunção não pode ser comparado ao Tratado de Roma de 1957, embora tenha em base os mesmos objetivos integracionistas. Porém se diferencia do Mercado Comum Europeu, pois não estabelece nenhum programa comunitário e nem prevê órgãos supranacionais.

Por conseguinte, no Mercado Comum do Sul foram estabelecidos os principais instrumentos para a sua constituição, sendo eles o programa de liberação comercial, políticas macroeconômicas, tarifa externa comum e acordos setoriais.

> [...] durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são: a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio

> entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário; b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior; c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes; d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, Art. V).

Contudo, no âmbito do programa de liberação comercial trouxe diversos benefícios e oportunidades de melhoria aos países membros. O aumento do comercio intrarregional foi significativo após o a liberação comercial, pois a eliminação gradual das tarifas e barreiras possibilitou um fluxo maior de bens e serviços entre as economias.

Outro ponto importante para o comercio foi a adoção da tarifa externa comum entre os membros do Mercosul, ao aplicar as mesmas tarifas sobre os produtos importados extrabloco, com essa colaboração interna facilita a negociações comerciais extrabloco.

> A estrutura tarifária comum aprovada após intensas negociações entre os quatro países apresentava uma configuração próxima daquela adotada pelo Brasil a partir de 1993. A TEC média foi de 12%, com uma amplitude entre 0% e 20% e apresentava alíquotas crescentes em 2 p. p., de acordo com o grau de elaboração do bem ao longo da cadeia produtiva. Assim, as alíquotas dos insumos variavam entre 0% e 12%, as de bens de capital entre 12% e 16% e as de bens de consumo entre 18% e 20% (KUME; PIANI, 2011, p.2).

As políticas macroeconômicas adotadas no tratado tiveram como objetivo a estabilidade econômica, pois visa uma coordenação das economias dos países membros com o controle da inflação, gestão fiscal e política monetária, redução das volatilidades e crises internas para atrai os investimentos externos e tornando solido aos choques internacionais.

Um ponto essencial foi Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17 dezembro de 1994 tornando um marco para o Mercosul. Teve como o objetivo a definição dos órgãos principais da estrutura do bloco, sendo eles: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comercio de Mercosul (CCM); Parlamento do Mercosul (Parlasul) e Secretariado Administrativo.

De acordo com Protocolo de Ouro Preto no artigo II (1994), os órgãos responsáveis por tomar decisão, ou seja, tem a capacidade decisória e de natureza intergovernamental (CMC, GMC e CCM).

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL

O MERCOSUL, criado no início da década de 1990, tem um contexto histórico e político marcado pela busca de cooperação entre países da América do Sul para promover o desenvolvimento econômico e a integração regional. Esse cenário foi formalizado com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, que distribuía as bases do bloco como uma zona de livre comércio e mercado comum. Em seguida, o Protocolo de Ouro Preto (1994) consolidou a estrutura institucional do MERCOSUL, permitindo sua operação como uma entidade com personalidade jurídica e normas próprias.

Ao longo de sua trajetória, o MERCOSUL enfrentou desafios e passou por importantes evoluções. Dentre os marcos históricos estão a ampliação dos acordos comerciais, a inclusão de novos membros e a adaptação às mudanças econômicas e políticas regionais e globais. Essas transformações refletem os esforços contínuos dos países membros para fortalecer o bloco como uma ferramenta de integração econômica e diplomática na América do Sul.

2.1. Contexto histórico e político da criação do Mercosul

Com a assinatura do tratado de assunção pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estabeleceu as bases para a formação de um bloco econômico que busca o nível maior de integração regional e fortalecer as economias dos países-membros.

No final da década de 1980, o mundo passava por mudanças significativas com o fim da Guerra Fria. Os países da América Latina enfrentaram período de grande ditadura militar. No Brasil e Argentina teve a transição do regime militar para a redemocratização durante os anos de 1985 e 1983, respectivamente.

> Nos meados dos anos 1980 - reagindo aos condicionamentos da dívida externa, ao malogro global da frente dos povos atrasados, à redução da capacidade de influir sobre o sistema internacional, ao tradicional menosprezo norte-americano pelos interesses regionais, às rivalidades e aos exemplos de cooperação — Brasil e Argentina, convertidos à democracia plena, engajaram novo processo de integração, voltado particularmente às metas da segunda e terceira fases do desenvolvimento brasileiro que, por óbvio, são do interesse de ambos os povos, como também de outros no continente, chamados à participação gradativa, pelos protocolos de 1986 (CERVO; BUENO, 2002, p.441).

Entretanto no início dos anos 1990 foi marcado pela ascensão do neoliberalismo, ou seja, defende a redução do papel do Estado na economia, e

abertura comercial e a integração no mercado internacional. Com o apoio do Brasil a esse pensamento facilito a criação do bloco econômico Mercosul. Pois a integração regional entre os países visava um aumento a competitividade no mercado internacional e assim atraindo investimentos estrangeiros.

> [...] sob a ótica neoliberal do começo dos anos 1990, os programas de integração na periferia deveriam se adaptar aos novos tempos. Deveriam assim renunciar às suas características de formação de blocos econômicos para o fortalecimento das economias e dos capitalismos nacionais, de construção de seu poder de negociação internacional, de esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico (RODRIGUES, 2016, p.50).

Outro fator importante para a criação do Mercosul, foi a assinatura do Tratado de Livre Comercio da América do Norte (NAFTA) em 1992, entre os Estados Unidos, Canada e Mexico, pois a criação de bloco pressionou os países da América do sul a unirem em blocos econômicos e não ficarem fora do comercio internacional.

Após passar por um cenário de dificuldade, Brasil e Argentina começaram uma união a fim de fortalecer suas economias locais. O Acordo de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil em 1986, foi um marco com primeiro passo no processo de integração econômica entre os países.

> No caso do MERCOSUL, o fato de o Brasil e a Argentina despontarem como dois países economicamente importantes na América Latina, em comparação com a maioria dos demais, acaba gerando um fenômeno quase previsível: o delineamento histórico das ações que visaram a criação de um bloco econômico regional na América Latina acabaram sofrendo forte influência da aproximação entre Brasil e Argentina. Resultando na criação do MERCOSUL, composto pelos dois países em questão, além do Uruguai e do Paraguai (SCHWEIG; EVANGELISTA; NIQUE; 2009, p.2).

Contundo a formação do Mercosul a princípio foi vista como uma maneira de superar os desafios econômicos e políticos que os países-membros enfrentavam. Estabelecendo alguns objetivos, como a harmonização de políticas macroeconômicas e uma maior cooperação entre os países-membros.

2.2. Tratado de Assunção (1991) ao Protocolo de Ouro Preto (1994)

O Tratado de Assunção foi um grande marco na integração regional e política da América Latina, um bloco econômico que uniu as economias da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como o objetivo de cooperação. As mudanças significativas na América Latina se deram especialmente pelo Mercosul, após o fim da guerra Fria e o processo de redemocratização que ocorreu principalmente na Argentina e no Brasil.

No começo da década de 1990, após longo período de regime autoritários, houve um movimento de redemocratização. Contudo após a crise econômica que os países latinos enfrentaram, ou seja, alta inflação e opressão, levou a busca outras alternativas de desenvolvimento e integração.

Entretanto as relações bilaterais da Argentina e Brasil por meio do Acordo de Integração e Cooperação Econômica facilitou para que ampliasse a integração e incluir mais países, e assim surgiu o Tratado de Assunção.

> Tal como fica especificado na Ata de Buenos Aires, de julho de 1990, o objetivo é estabelecer um mercado comum entre Argentina e Brasil, dando-se particular ênfase à coordenação de políticas macroeconômicas e às liquidações tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, como metodologias primordiais para a configuração do mercado comum. Uruguai e Paraguai associaram-se a este processo de aceleração da liberalização comercial, o que levou, em março de 1991, à assinatura do Tratado de Assunção, para a constituição do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, por parte dos quatro países (GRANATO, 2012, p.13).

Com a cooperação dos países, se estabeleceram alguns objetivos dentro do bloco, ou seja, a criação de uma zona de livre comércio que visa a eliminação gradual das barreias tarifarias e não tarifarias no comercio intrabloco reduzir a dependência externa e promovendo a livre circulação de bens e serviços.

No entanto, o Tratado de Assunção foi somente o primeiro passo na formação do Mercosul. Sendo um marco na trajetória da integração regional na América Latina, fortalecendo as economias dos países-membros como um caminho de diversos desafios.

Após o Tratado de Assunção, outro grande marco na trajetória do Mercosul foi o Protocolo de Ouro Preto. Sendo estabelecido em 1994, com o intuito de formar a personalidade jurídica internacional e a estrutura institucional do bloco.

Estrutura Institucional: São órgãos com capacidade decisória de natureza intergovernamental (art.2°, PROTOCOLO DE OURO PRETO):

O principal órgão de decisão e responsável por definir a política e os objetivos do bloco é o Conselho do Mercado Comum (CMC). Se reúne duas vezes ao ano ministros das relações internacionais e da economia dos países-membros para além de tomar decisões sobre as normas do bloco, mas também estabelecer diretrizes, ou seja, aprovar políticas para o funcionamento do Mercosul.

O CMC órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e lograr a constituição final do Mercado Comum (arts.3 a 9, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

O Grupo Mercado Comum (GMC) é um órgão executivo do Mercosul sendo subordinado ao CMC, se reunindo com maior frequência que o CMC. A principal função e garantir as operações, implementando e supervisionando a execução das decisões que vem do CMC.

O GMC é o órgão executivo do Mercosul, integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por País, onde devem constar necessariamente, representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia e Banco Central (arts. 10 a 15, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

O órgão responsável por lidar com o comercio é o Comissão de Comercio do Mercosul (CCM), aplicando as normas comerciais do bloco e garantido que cumpra as regras da política aduaneira estabelecida, entre elas a Tarifa Externa Comum (TEC).

O CCM é o órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, competindo-lhe velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-Partes para o funcionamento da União Aduaneira, bem como acompanhar temas relacionados às políticas comerciais comuns, internas e com terceiros Países (arts. 16 a 21, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

Alguns dos órgãos do Mercosul não tem capacidade decisória, pois todas as decisões tomadas por estes órgãos deverão ser consensuais e com a presença de todos os Estados (art. 37, PROTOCOLO DE OURO PRETO), sendo eles:

O Comissão Parlamentar Conjunta também conhecido como Parlasul é composto por parlamentos nacionais dos países membros, tendo como foco principal a união e harmonização das legislações nacionais dentro do Mercosul.

A CPC é o órgão representativo dos Legislativos nacionais, formado por Parlamentares designados pelos respectivos Parlamentos e tem como função principal impulsionar os processos de internalização da norma comunitária e de harmonização legislativa (arts. 22 a 27, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos países membros, como empresários, sindicatos e organizações civis. É de natureza consultiva, composto por representantes da sociedade civil. Poderá formular Recomendações ao Grupo Mercado Comum (arts. 28 a 30, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

Localizada em Montevideu, no Uruguai a Secretaria Administrativa (SAM) é responsável por fornecer suporte aos outros órgãos do bloco, zelando a preservação dos registros do Mercosul e atuando como o ponto central de coordenação e comunicação do Mercosul. A SAM é o órgão responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul (arts. 31 a 33, PROTOCOLO DE OURO PRETO).

2.3. Principais marcos históricos e evoluções do Mercosul

O Mercosul nos anos de 1990 e 2000 tinha o foco de expandir sua presença regional por meio de acordos com os países vizinhos. E assim surgiu os países associados, que permitia o país participar dos acordos comerciais, mas sem ter que cumprir com todas as burocracias da legislação do Mercosul.

O primeiro país a se tornar um membro associado foi o Chile em 1996, o país assinou um Acordo de Livre Comercio com o bloco facilitando a livre circulação dos seus produtos no mercado regional, portanto não aderiu a TEC mantendo sua política comercial independente.

> A estratégia de ampliação do Mercosul implicaria incorporar por adesão ou associação outros países da ALADI. A formação de uma área de libre comércio regional é considerada uma etapa intermediária rumo à inserção internacional em níveis mais avançados. A integração com os mercados regionais contrapõe economias menos díspares, em um ambiente mais seguro e previsível, o que significaria menores custos de transição e a oportunidade de explorar um mercado em que as trocas comerciais se beneficiam de um maior conteúdo tecnológico. A integração regional permitiria o fortalecimento das economias locais para a competição com os países desenvolvidos do Norte e criaria sinergias a serem aproveitadas nas discussões da ALCA. Um acordo Mercosul-Comunidade Andina, somado aos acordos com Chile e Bolívia, formaria, na prática, a área de livre comércio sul-americana desejada pelo agrupamento (MORAES, 2000, p. 17).

Por conseguinte, a Bolívia em 1997 também se tornou um país associado, por meio de um acordo de foco principal em preferencias tarifarias para produtos comercializados entre a Bolívia e os países do Mercosul. Em 2003 foi a vez do Peru se associar ao Mercosul, fazendo um Acordo de Complementação Econômica, visando a liberação do comercio de bens entre os países.

No ano de 2004 o Equador e a Colômbia assinaram acordos semelhantes com o Mercosul, interessados em promover o comercio intrarregional. Enquanto em 2006 a Venezuela iniciou o processo de se torna membro pleno do Mercosul, adesão do país no bloco foi apoiada por todos os países menos o Paraguai, adiando a conclusão do processo.

> Os procedimentos formais para o ingresso da Venezuela no bloco regional iniciaram há muitos anos. Desde 2006, os países membros discutiram exaustivamente essa medida. Ao fim, os parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai ratificaram a proposta com ampla margem de aprovação. A efetiva entrada da Venezuela, no entanto, estava sendo impedida há quase cinco anos pelos parlamentares do Paraguai. A postura gerou inúmeros constrangimentos e graves atrasos ao processo de integração regional. No entanto, com o golpe de Estado executado em Assunção contra o presidente Fernando Lugo, no mês de junho de 2012, os presidentes dos demais países membros do MERCOSUL, reunidos na Argentina, optaram pela suspensão do Paraguai e pela inclusão da Venezuela no bloco (SEVERO, 2012, p.2).

Entretanto com a suspensão temporária do Paraguai os países aproveitaram para aprovar a entrada da Venezuela no bloco. Portanto em 2016 o país saiu do Mercosul por não cumprir os compromissos do processo de adesão.

> [...] trazendo consigo diversas regras acordadas pelos países-membros do MERCOSUL que devem ser respeitadas e seguidas, é possível concluir que quando não há o comprometimento de um país com as cláusulas do Protocolo de Ushuaia II como pode-se observar no lado venezuelano, poderá ocorrer severas sansões, entendendo-se assim, pela suspensão do país. [...] suspendendo a Venezuela do Mercosul, por rompimento do regime democrático, podendo ocorrer a exclusão, caso não sejam tomadas medidas de melhoria ou soluções. A suspensão de um país de um bloco, o qual tal procedimento traz consigo enormes mudanças no país, agride diretamente sua economia, prejudicando sua população e trazendo dificuldades que talvez demorem anos para serem consertadas (FERREIRA; REZENDE; ABREU; BAPTISTA; NOVAIS, 2019, p.11).

Após a suspensão da Venezuela em 2016, o Mercosul teve um período de ajustes em relação ao funcionamento da integração regional. O bloco teve uma redução das políticas internacionais e maior abertura para novos acordos internacionais.

Um dos acordos mais emblemáticos é o firmando com a União Europeia, depois de 20 anos de negociações o acordo foi finalmente finalizado em 2019. Sendo considerado um marco na história do Mercosul, pois se trata de uma das maiores áreas de livre comercio do mundo, abrangendo 780 milhões de pessoas aproximadamente. Além da União Europeia, outro avanço foi o acordo também finalizado em 2019 a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), formada pela

Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. A estratégia do bloco de diversificar parcerias e fortalecer sua competitividade no cenário global, mesmo enfrentando desafios internos relacionados à harmonização de políticas econômicas e diplomáticas entre seus membros.

3. EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO MERCOSUL

Este capítulo responde o problema levantado na monografia, no qual serão apresentados de forma analítica as principais variáveis voltadas para a evolução da integração econômica do Mercosul. Neste sentido, buscou analisar a os principais acordos comerciais, o Comércio Intrabloco: Evolução do comércio entre os países membros do Mercosul, Investimentos Estrangeiros: Análise dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) no bloco e a Evolução do PIB: Comparação do crescimento do PIB dos países membros ao longo do período.

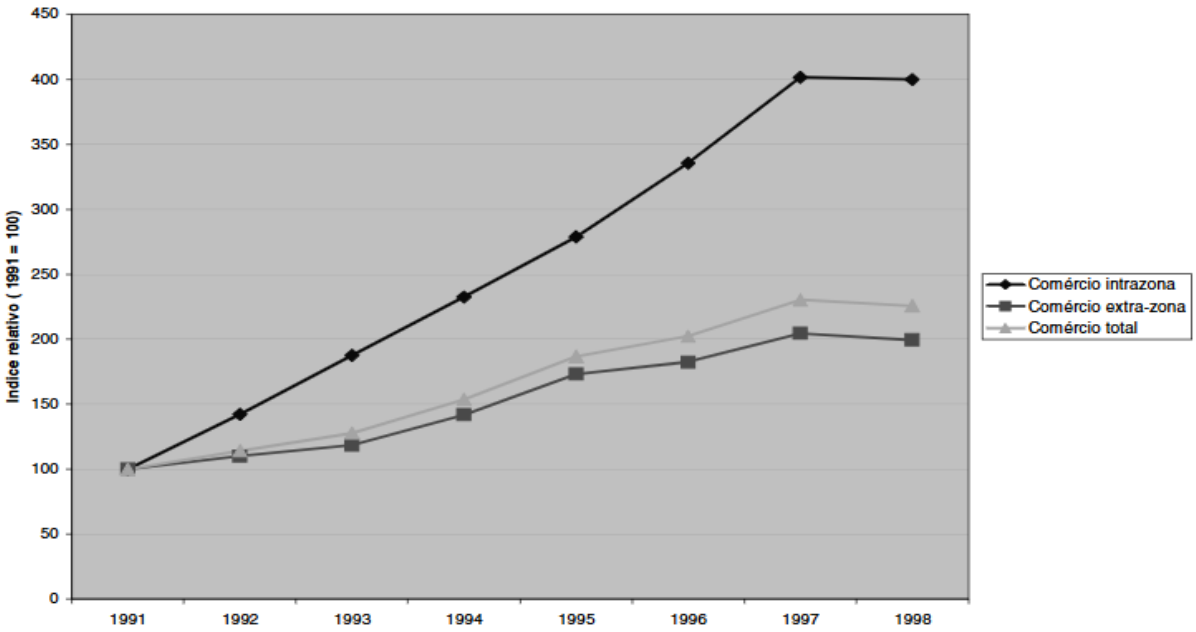
3.1. Os principais acordos comerciais

O tratado de assunção em 1991 foi o primeiro acordo comercial a criação de uma zona de livre comercio, eliminando as barreiras tarifarias e não tarifarias entre os membros, que consequentemente trouxe um aumento no comercio intrabloco. Promovendo uma maior circulação de bens e serviços, destacando-se a expansão de alguns setores como a indústria de bens de consumo. Com a redução das tarifas as exportações e as importações dentro do Mercosul facilitaram as empresas dos países membros se expandirem suas atividades dentro do bloco incentivando a competitividade, tornando um ambiente de inovação e atraindo os Investimentos Diretos Estrangeiros (IED).

Por conseguinte, veio o Protocolo de Ouro Preto em 1994, que se destaca pela implementação da Tarifa Externa Comum (TEC), a partir desse acordo, o bloco passou a ser uma entidade jurídica e ter a autonomia de negociar em acordos internacionais. Com a TEC os fornecedores locais se desenvolveram pois os custos das exportações extrabloco eram maiores, sendo assim incentivando as negociações dentro do bloco.

A liberalização das tarifas aduaneiras dos quatro países, gerou um aumento no comercio intrabloco, o crescimento significativo, como verifica-se no gráfico 1. O comércio intrabloco aumentou 132% entre 1991 e 1994 com US$ 10.201,1 milhões e US$ 23.712,9 milhões, respectivamente. No mesmo período, o comércio extrazona cresceu em uma proporção menor de apenas 42%.

Gráfico 1 - Intercâmbio comercial do Mercosul no período 1991 a 1998



Fonte: Pamplona e Fonseca (2008)

Segundo Pamplona e Fonseca 2008, o comércio intrabloco do Mercosul no período 1991-1994 aumentou a uma taxa média expressiva de mais de 30% ao ano. Já o comércio extrabloco cresceu à taxa média de 10% ao ano.

Outro dado que demonstra o aumento da integração comercial no período é a participação do comércio intrabloco no comércio total da região, que passou de 13% para algo, como 20% conforme a tabela 1. Em apenas quatro anos, o bloco fez mais progresso na integração e liberalização do comércio na região do que nas três décadas anteriores como afirma Pamplona; Fonseca (2008).

> O índice de regionalização do comércio externo, que tinha crescido cerca de 50%entre 1991 e 1994, continuou crescendo no período de 1995 a 1998 (19%). Ele aumentou menos, mas de uma forma expressiva. O Gráfico 1 e a Tabela 1 demonstram a trajetória ascendente do comércio intrazona, que se expandiu também no período 1995-1998 a uma taxa média superior àquela verificada no comércio extrazona. Do mesmo modo, junto com os fluxos de comércio, os fluxos de investimentos se intensificaram, visto que foram estimulados pelo crescente dinamismo das relações econômicas na região (PAMPLONA; FONSECA, 2008, p.8).

O Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), firmado em 1996 entre o Mercosul e o Chile, foi um passo importante para fortalecer a integração econômica na América Latina. O início de uma parceria que, além de eliminar tarifas de importação a partir de 2015, promoveu investimentos, cooperação tecnológica e maior aproximação entre as partes. O Chile se tornou o primeiro Estado-Associado

do Mercosul, e, em 2018, o acordo foi ampliado para incluir temas mais modernos, como comércio eletrônico, facilitação de negócios e compras governamentais, reforçando a conexão econômica e política entre os países.

Tabela 1 - Desempenho comercial do Mercosul no período 1991 a 1998 (em US$ Milhões)

	1991	Var. %	1992	Var. %	1993	Var. %	1994	Var. %
Comércio intrazona (A)	10.201	24	14.497	42	19.143	32	23.712	24
Comércio extrazona (B)	68.038	4	74.846	10	80.743	8	96.486	19
Comércio total (C)	78.239	6	89.344	14	99.886	12	120.197	20
(A/C)	13,0%		16,2%		19,2%		19,7%	

	1995	Var. %	1996	Var. %	1997	Var. %	1998	Var. %
Comércio intrazona (A)	28.438	20	34.226	20	40.981	20	40.814	0
Comércio extrazona (B)	117.806	22	124.066	5	139.138	12	135.829	-2
Comércio total (C)	146.245	22	158.292	8	180.119	14	176.644	-2
(A/C)	19,4%		21,6%		22,8%		23,1%	

Fonte: Pamplona e Fonseca (2008)

O Acordo de Complementação Econômica nº 36 (ACE 36), assinado em 17 de dezembro de 1996 entre o Mercosul e a Bolívia, para aproximar economicamente esses países. O objetivo era criar uma área de livre comércio, facilitar investimentos, promover o desenvolvimento e estimular a cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia.

Outro acordo comercial muito importante na história do Mercosul é o Protocolo de Ushuaia em 1998, que tinha como foco a redução dos riscos trazendo mais estabilidade. Pois como a estabilidade política foi vista com atrativo no mercado internacional, fazendo que os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) tivesse um crescimento dentro do bloco.

O Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE 55), assinado em 27 de setembro de 2002, regula o comércio de produtos automotivos entre o Mercosul e o México. O ACE 55 é estruturado em um Acordo-Quadro, que traz disposições gerais para os países signatários, e dois anexos específicos: o Anexo I, com a lista de veículos abrangidos, e o Anexo II, que define o Regime de Origem para esses

produtos. Já as autopeças não estão incluídas no Acordo-Quadro, sendo tratadas nos Apêndices bilaterais.

As regras para o comércio automotivo entre México e os países do Mercosul são apresentadas em Apêndices bilaterais. O ACE 55 é essencial para fomentar o comércio automotivo, estabelecendo um marco legal e facilitando as trocas entre as partes.

O Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE 59), firmado em 2004 entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela, facilitando o comércio entre esses países. Hoje, ele é mais relevante para regular as relações comerciais entre Brasil e Equador.

No setor automotivo, o ACE 59 traz benefícios específicos, como redução ou eliminação de tarifas para máquinas, autopeças e outros produtos. O acordo detalha essas condições em anexos específicos, garantindo que os benefícios sejam claros e aplicáveis, especialmente para o setor automotivo, que é uma área estratégica do comércio entre os países.

O Acordo de Complementação Econômica nº 58 (ACE 58), firmado entre o Mercosul e o Peru em 2005, buscando fortalecer as relações comerciais entre as partes, promovendo o desenvolvimento econômico, os investimentos e a cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia. O ACE 58 também traz regras específicas para o comércio de produtos de zonas francas ou áreas aduaneiras especiais, que define preferências tarifárias para uma lista de produtos específicos.

O Acordo de Complementação Econômica nº 62 (ACE 62), firmado em 2006 entre o Mercosul e Cuba, como o objetivo de impulsionar o comércio entre as partes, reduzindo ou eliminando tarifas e restrições sobre produtos negociados. Esse acordo reforça o compromisso de ambos os países em fortalecer suas relações comerciais.

O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e Israel, assinado em 18 de dezembro de 2007, foi o primeiro tratado desse tipo firmado pelo Mercosul com um país fora da América Latina. O acordo trata de temas como comércio de bens, regras de origem, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias, além

de cooperação técnica e tecnológica. Desde sua implementação, já foram realizadas reuniões conjuntas para discutir sua administração, a primeira em 2012, em Buenos Aires, e a segunda em 2018, em Montevidéu.

Em 2020, o Mercosul e Israel começaram a negociar a ampliação e o aprofundamento do acordo, com encontros técnicos realizados virtualmente. Esse tratado vai além do comércio, promovendo a troca de conhecimento e reforçando os laços entre as duas regiões.

O Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), que inclui África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, foi assinado pelo Mercosul em dezembro de 2008 e pelos países africanos em abril de 2009. Este acordo abrange 1.026 linhas tarifárias ofertadas pela SACU e 1.076 pelo Mercosul, com margens de preferência tarifária que variam entre 10% e 100%, promovendo maior acesso aos mercados entre as regiões. O ACP também trata de temas essenciais para o comércio, como regras de origem, medidas de salvaguarda, antidumping, barreiras técnicas, normas sanitárias e fitossanitárias e mecanismos para solução de controvérsias.

O Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia, assinado em 25 de janeiro de 2004 e vigente desde 1º de junho de 2009, foi criado para fortalecer os laços comerciais entre as duas regiões, oferecendo reduções tarifárias para centenas de produtos. O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e o Egito, assinado em 2010, foi importante nas relações comerciais entre os países, criando oportunidades para o comércio de bens. Além de facilitar o comércio, ele também aborda temas como barreiras técnicas, regras de origem, medidas sanitárias e a solução de disputas comerciais. Com espaço para negociações futuras sobre serviços e investimentos, o acordo reflete o compromisso de fortalecer essa parceria. A primeira reunião do Comitê Conjunto foi realizada em dezembro de 2017, consolidando o início dessa nova fase de cooperação entre o Mercosul e o Egito.

O Acordo de Complementação Econômica nº 69 (ACE 69), firmado em 26 de dezembro de 2012 entre Brasil e Venezuela, com o foco em regulamentar o comércio entre os dois países durante o processo de incorporação da Venezuela ao Mercosul. Para o setor automotivo, o ACE 69 remete às disposições do ACE 59,

aplicando as preferências tarifárias vigentes em 31 de dezembro de 2012, enquanto um tratamento específico não é definido. As margens de preferência para produtos automotivos variam de 54% a 100%, dependendo da categoria e das negociações futuras sobre regras de origem. O Anexo II e seus apêndices devem ser consultados para identificar as condições específicas de cada produto. Esse acordo reflete o esforço de integração e cooperação comercial entre os dois países durante a transição da Venezuela para o Mercosul.

O Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE 72), firmado em 2017 entre o Mercosul e a Colômbia, fortaleceu as relações comerciais e abriu caminho para uma maior integração econômica entre os países. O acordo, que substituiu o ACE 59, manteve algumas regras anteriores, mas trouxe avanços importantes, como a criação de uma área de livre comércio e condições específicas para o setor automotivo, incluindo quotas anuais de importação e critérios de origem para veículos e autopeças.

Em outubro de 2023, com a entrada em vigor do 4º Protocolo Adicional, o ACE 72 foi ampliado para estender os benefícios tarifários a produtos de zonas francas e áreas aduaneiras especiais, reforçando ainda mais a parceria comercial entre Brasil e Colômbia e adaptando o acordo às demandas atuais do comércio internacional.

E por fim, os acordos de cooperação com outros blocos destacando-se a União Europeia em 2019, com o acordo o Mercosul obteve um acesso a um dos maiores mercados de consumidores, tendo uma preferência no mercado europeu e favorecendo as exportações globais. Outro benefício e a eliminação progressiva de tarifas de importações, gerando maior competitividade dos produtos do Mercosul tanto no mercado intra quanto no extrabloco. O IED vindos da Europa chegou fortalecendo a infraestrutura trazendo a inovação para os mercados no Mercosul.

3.2. Comércio Intrabloco: Evolução do comércio entre os países membros do Mercosul.

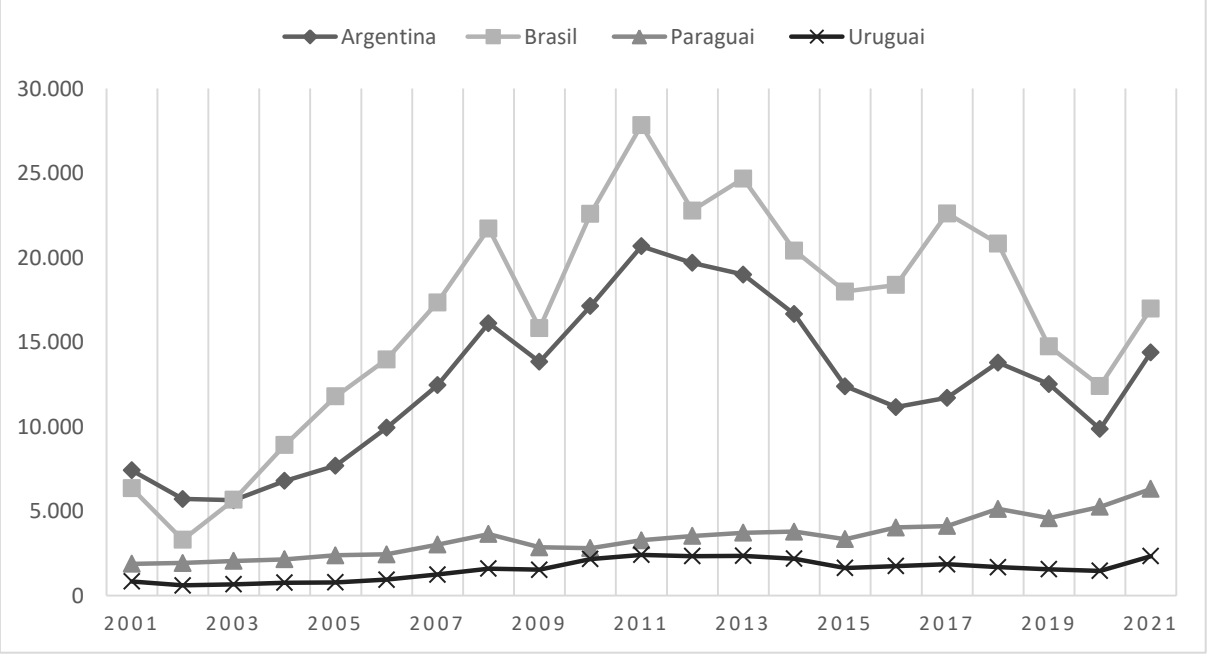
Durante os 20 anos analisou-se o comercio intrabloco, que oscilou algumas vezes, por conta dos eventos que afetaram a economia mundial. O gráfico 2 mostra que as exportações passaram por crises, sendo a primeira em 2001 a crise da

Argentina que impactou na queda das exportações, com quedas de (-13,33%) e (-29,88%) entre 2001 a 2003.

Após essa crise iniciou um crescimento que se estendeu até 2008, com picos em 2004 e 2008 com mais de 32,57% e 26,51% de crescimento respectivamente, esse período foi impulsionado por grande demanda das exportações das commodities. Portanto, em 2008 foi impactado por uma crise financeira mundial, levou-se a uma recessão nas exportações.

Entretanto, quando o Mercosul estava se recuperando e se beneficiando com o aumento nos preços das *commodities*, sofreu novamente instabilidades econômicas e políticas pelo Brasil e Argentina entre 2012 a 2016. Quando o bloco aos poucos se recuperava, outra crise de grandes proporções na economia mundial, a pandemia da COVID-19.

Gráfico 2 – Comércio Intrabloco: O fluxo das exportações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões)



Fonte: Dados Mercosul, elaboração própria.

No entanto, como mostra o gráfico 2, no ano de 2021, uma retomada na economia, e as exportações no comercio intrabloco do Mercosul teve um aumento expressivo de mais de 38,12% e assim fortalecendo o comércio intrabloco.

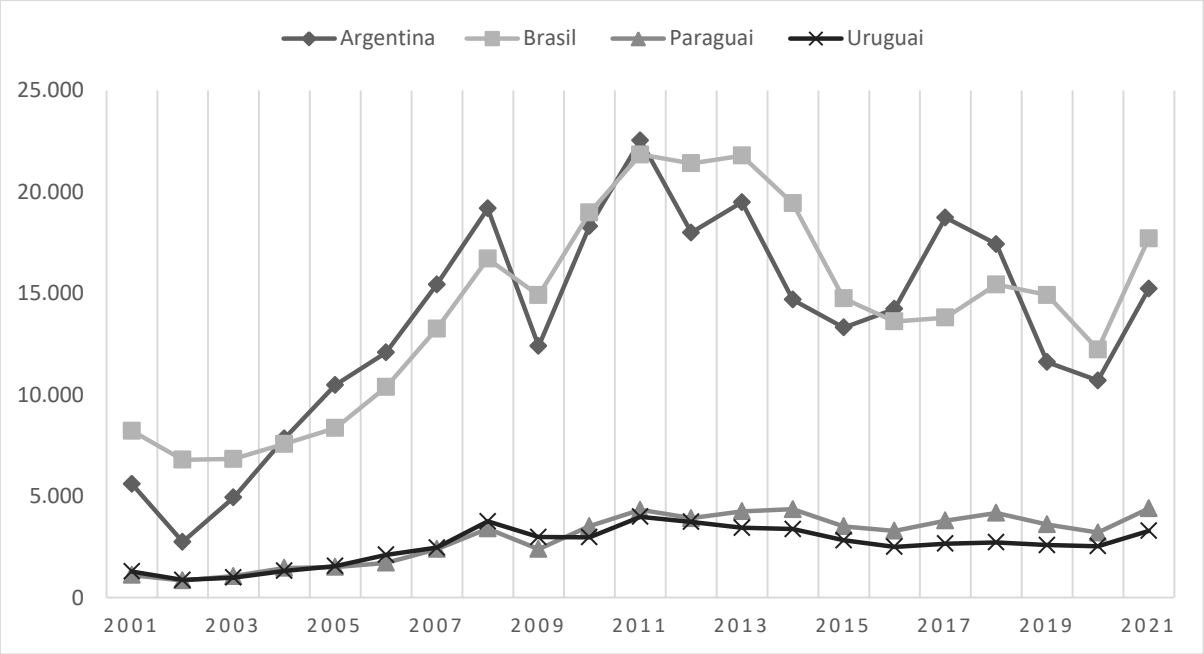
Conforme o gráfico 3, que após o grande pico em 2011 houve uma recessão, que se deve em parte a desaceleração das economias do Brasil e Argentina que

foram impactadas por crise políticas e fiscais, tendo uma redução significativa de (-34,7%) nas importações.

As importações também foram marcadas pela instabilidade, teve na trajetória momentos de expansão econômica e também impactos pelas crises regionais e globais. No primeiro período de 2001 e 2002 pode-se ver no gráfico 3, que teve uma queda de (-30,56%) nas importações decorrente pela crise que afetou a Argentina.

A partir do ano de 2003 a 2008 foram um período de crescimento, com um aumento acumulado de mais de 120% nesse período. Em seguida no ano de 2009 foi marcado pela recuperação pós-crise financeira global, depois teve um novo período de crescimento onde o Brasil atingiu 27,8 milhões dólares e a Argentina teve 22,5 milhões de dólares nas importações intrabloco em 2011.

Gráfico 3 – Comércio Intrabloco: O fluxo das importações no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões)



Fonte: Dados Mercosul, elaboração própria.

Logo em seguida a pandemia do COVID-19 reduzindo ainda mais o comércio que se observa uma lenta recuperação. Somente em 2021 houve uma aceleração das importações de todos os países-membros, sinalizando um grande potencial de fortalecimento do comércio intrabloco.

3.3. Investimentos Estrangeiros: Análise dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) no bloco.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é um dos pilares fundamentais para o crescimento econômico sustentável de qualquer país. Ao trazer capital externo, o IED estimula o desenvolvimento de setores estratégicos como infraestrutura, energia, tecnologia e serviços, além de promover a geração de empregos diretos e indiretos.

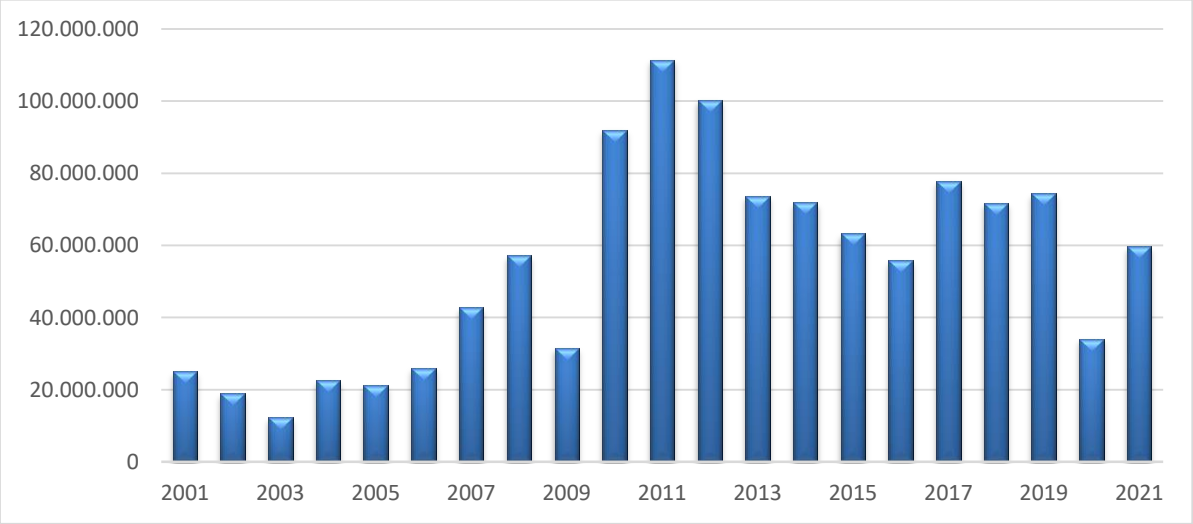
Além de fortalecer a economia, o IED promove integração global ao conectar países. Empresas multinacionais, ao estabelecer operações em um país, criam redes de fornecedores locais, incentivando pequenas e médias empresas a se modernizarem e ampliarem suas operações. No entanto, para atrair esses investimentos, os países precisam oferecer estabilidade política, segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável.

Observa-se no gráfico 4, que entre 2001 a 2003 houve uma redução de (-24,63%) pela instabilidade na Argentina, o bloco atingiu o menor valor de série analisada, 12,23 bilhões de dólares. Após essa crise veio a grande demanda das *commodities* entre 2004 a 2011, o fluxo cresceu constantemente atingindo em 2008 57,21 bilhões de dólares, impulsionado pelo aumento das *commodities* agrícolas e minerais. O maior pico do IED foi 2011, sendo liderados pelo Brasil que representaram quase 90% do total dos investimentos, o Brasil sendo o principal destino dos IED como mostra o gráfico 5.

Entre 2012 a 2016 o fluxo dos investimentos teve uma recessão por consequência das crises econômicas na política no Brasil e dificuldades econômicas nas Argentina, o volume de investimentos chegou a 55,77 bilhões de dólares em 2016.

Após as crises o Mercosul mostrou sinais de recuperação de maneira lenta, mas em 2020 teve o impacto mundial da pandemia do COVID-19 levando a uma paralisação nos investimentos globais. E por fim em 2021 houve uma recuperação significativa com fluxo aumentado para 59,67 bilhões de dólares.

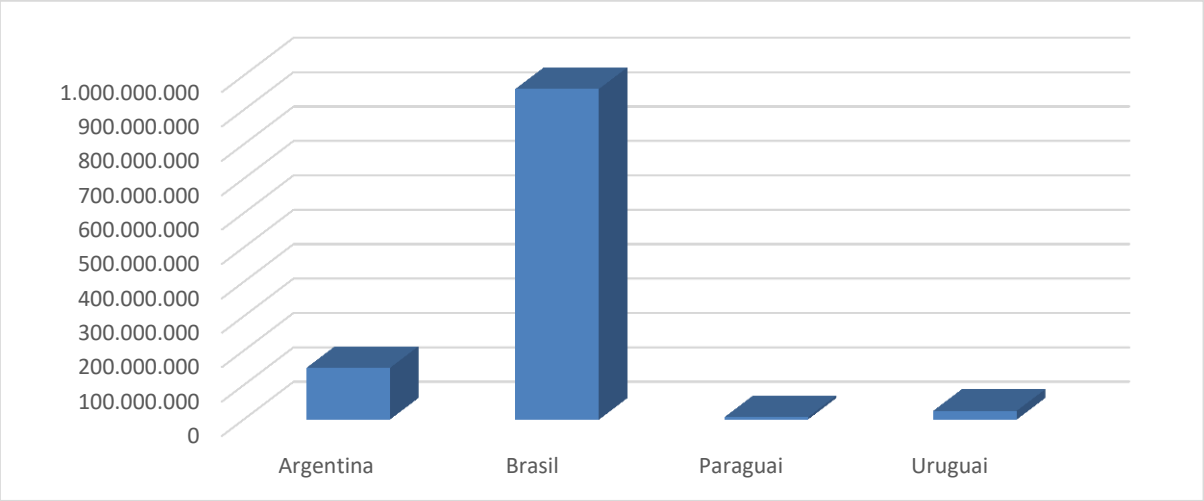
Gráfico 4 – O fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Mercosul entre 2001 a 2021 (em US$ Bilhões)



Fonte: Dados InvestVis, elaboração própria.

O comportamento do fluxo de IED no Mercosul entre 2001 e 2021 reflete tanto as oportunidades quanto os desafios enfrentados pelos países do bloco. O Brasil se consolidou como o principal motor de atração de capital estrangeiro, enquanto Argentina, Paraguai e Uruguai contribuíram de forma proporcional às suas economias, mas com relevância estratégica em setores específicos. No Mercosul entre 2001 a 2021 registrou fortes oscilações no fluxo IED, variando de 12,23 bilhões de dólares no ponto mais baixo em 2003 a 111,44 bilhões de dólares no pico mais alto.

Gráfico 5 – O fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) no países-membros entre 2001 a 2021 (em US$ Bilhões)



Fonte: Dados InvestVis, elaboração própria.

Apesar das crises políticas e econômicas, como *impeachment* de 2016 reduziram os fluxos dos investimentos para o Brasil e o principal foco do IED como mostra no gráfico 5. A atratividade em setores como energia, infraestrutura e o aumento das *commodities* entre 2003 a 2021 contribuíram para uns fluxos expressivos no destino do Brasil.

3.4. Evolução do PIB: Comparação do crescimento do PIB dos países membros ao longo do período.

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) dos países-membros ao dos vintes 20 anos analisado, também foi afetado pelas crises financeira e mundial tendo alguns períodos de crescimentos e expansões.

Na tabela 2 identifica-se que a Argentina teve a maior volatilidade do Mercosul, em período de recessão em 2002 marcou (-10,9%), o desempenho do país foi fortemente impactado pelas crises domésticas.

Na primeira década analisada, os países-membros passaram por grandes oscilações, tendo crises marcantes como em 2002. Após esse período, os países passaram por uma expansão e forte recuperação até o ano de 2010, sendo o ano de maior destaque como retrata a tabela 2. O Paraguai teve o maior crescimento do período 11,1%.

Na tabela 2 mostra que na próxima década, nos anos de 2011 a 2020 ficou marcado por grande instabilidade de dois países o Brasil e a Argentina, as maiores economias do Mercosul. Em 2015 o Brasil teve a pior recessão do período (-3,5%), já na Argentina teve quedas do PIB significativas com destaque (-9,9%) em 2019. A recuperação pós-pandemia no Mercosul trouxe crescimento no PIB dos países, liderando a Argentina com mais 10,7%.

A Argentina se destacou pela alta volatilidade no período. O país sofreu recessões severas, como a crise cambial de 2001-2002, que impactou financeiramente seu PIB, e as crises de 2018-2019, que culminaram em retrações de -2,6% e -9,9%, respectivamente. Apesar dessas dificuldades, houve momentos de recuperação expressiva, como em 2010, quando o PIB cresceu 10,1%, e em 2021, com 10,7%, refletindo a resiliência da economia argentina em superar crises, ainda que de maneira irregular.

O Brasil, maior economia do Mercosul, apresentou um desempenho relativamente mais estável no início do período, mas representou desafios importantes entre 2014 e 2016, durante uma de suas maiores recessões recentes. Em 2015, o PIB brasileiro encolheu -3,5%, afetando benefícios a economia regional. Apesar disso, o Brasil iniciou uma recuperação moderada após 2017, alcançando um crescimento de 4,6% em 2021, impulsionado pela retomada econômica global pós-pandemia.

O Paraguai, por sua vez, registrou o crescimento mais consistente e estável entre os membros do Mercosul. Com uma economia altamente dependente do setor agrícola e da exportação de energia, o país conseguiu evitar recessões severas, como as enfrentadas por seus vizinhos. Mesmo em períodos de crise global, como 2020, o Paraguai apresentou uma contração ao nível de -0,8%, destacando-se pela resiliência e pela estabilidade de sua economia.

O Uruguai também apresentou uma trajetória relativamente estável ao longo do período, com crescimento consistente em grande parte dos anos analisados. Apesar de ter sido afetado pela crise financeira global de 2008 e pela pandemia de COVID-19, o país conseguiu manter taxas de crescimento positivas em diversos momentos, registrando um aumento de 5,3% no PIB em 2021. A diversificação de sua economia e políticas públicos bem estruturados desenvolvidos para sua capacidade de adaptação a crises regionais e globais.

De maneira comparativa, o Paraguai e o Uruguai demonstraram maior capacidade de resiliência econômica, enquanto Argentina e Brasil enfrentam mais oscilações significativas, especialmente devido a crises políticas e financeiras internacionais. O impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 foi mais profundo na Argentina (-9,9%) e no Uruguai (-5,9%), enquanto o Paraguai registrou uma das menores retrações do bloco (-0,8%) , refletindo a solidez de sua economia. O Brasil, embora também tenha sofrido retração, mostrou recuperação significativa no ano seguinte.

Ao longo de duas décadas, a composição do PIB do Mercosul foi marcada pela predominância do Brasil, devido ao seu tamanho econômico e populacional. Na tabela 3 podemos verificar que a participação brasileira oscilou entre 65,26% em 2001 e 81,77% em 2010, porém manteve-se a maior parte dos anos acima de 75%.

Essa liderança reflete a importância do Brasil como principal motor econômico do bloco, mas também destaca a dependência do Mercosul em relação à estabilidade da economia brasileira. Mesmo em momentos de crise interna, como em 2015 e 2020, o Brasil manteve sua posição central no PIB regional.

Tabela 2 - **PIB (% anual) dos países-membros do Mercosul entre 2001 a 2021**

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
2001	-4,4	1,4	-0,8	-3,8
2002	-10,9	3,1	0	-7,7
2003	8,8	1,1	4,3	0,8
2004	9	5,8	4,1	5
2005	8,9	3,2	2,1	7,5
2006	8	4	4,8	4,1
2007	9	6,1	5,4	6,5
2008	4,1	5,1	6,5	7,2
2009	-5,9	-0,1	-0,3	4,2
2010	10,1	7,5	11,1	7,8
2011	6	4	4,3	5,2
2012	-1	1,9	-0,7	3,5
2013	2,4	3	8,3	4,6
2014	-2,5	0,5	5,3	3,2
2015	2,7	-3,5	3	0,4
2016	-2,1	-3,3	4,3	1,7
2017	2,8	1,3	4,8	1,7
2018	-2,6	1,8	3,2	0,2
2019	-2	1,2	-0,4	0,7
2020	-9,9	-3,3	-0,8	-6,3
2021	10,7	5	4	5,3
Média 2001/2021	2,0	2,2	3,5	2,5

Fonte: Dados Banco Mundial (CEPAL), elaboração própria.

Por outro lado, tem-se a Argentina com a maior instabilidade entre os membros. Sua participação teve uma grande queda de 31,31% em 2001 para apenas 15,55% em 2002, o menor nível registrado. Depois da crise teve uma recuperação, mas se estabilizou de 19,2%, atingindo um crescimento maior em 2015 de 23,9% conforme a tabela 3.

Segundo a tabela 3, o Paraguai e o Uruguai mantiveram uma participação modesta no PIB do Mercosul, embora tenham apresentado um nível de tendência de crescimento ao longo do tempo. O Paraguai, cuja participação inicial era de 0,99% em 2001, aumentou para 1,85% em 2021, beneficiando-se de um crescimento econômico relativamente estável, mesmo em meio às crises globais e regionais. O Uruguai seguiu uma trajetória semelhante, com sua participação crescendo de 2,44% em 2001 para 2,69% em 2021. Ambos os países, apesar do pequeno impacto no PIB regional, conseguiram resiliência e estabilidade em relação às oscilações econômicas do bloco.

Tabela 3 – **A participação (em %) dos países-membros no PIB do Mercosul entre 2001 a 2021**

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
2001	31,31	65,26	0,99	2,44
2002	15,55	81,14	1,15	2,17
2003	18,08	79,12	1,09	1,71
2004	19,21	78,07	1,12	1,60
2005	17,77	79,72	0,96	1,55
2006	16,90	80,68	0,98	1,43
2007	16,63	80,96	1,03	1,38
2008	17,08	80,29	1,16	1,47
2009	16,18	81,14	1,09	1,59
2010	15,67	81,77	1,01	1,55
2011	16,39	81,01	1,04	1,56
2012	17,59	79,59	1,07	1,75
2013	17,68	79,12	1,23	1,96
2014	17,04	79,66	1,31	1,99
2015	23,90	72,33	1,46	2,32
2016	22,75	73,44	1,47	2,35
2017	22,92	73,37	1,39	2,32
2018	20,58	75,28	1,58	2,56
2019	18,52	77,34	1,57	2,57
2020	19,73	75,71	1,81	2,75
2021	21,60	73,94	1,77	2,69

Fonte: Dados Banco Mundial (CEPAL), elaboração própria.

Ao longo dos anos, mudanças notáveis ocorreram na composição do PIB do Mercosul. Entre 2001 e 2004, a crise argentina fez com que o Brasil ganhasse maior representatividade no bloco, alcançando 83,15% do PIB em 2004. Com a recuperação econômica da Argentina entre 2005 e 2010, sua participação aumentou novamente, enquanto o Brasil perdeu ligeiramente sua fatia. A partir de 2015, o Paraguai e o Uruguai ganharam ligeira representatividade, enquanto o Brasil e a Argentina enfrentaram períodos de maior instabilidade econômica.

3.5. Evolução das Exportações e Importações Extrabloco

Para a análise do comércio extrabloco, foram escolhidos os principais parceiros econômicos do Mercosul – China, Estados Unidos e União europeia – que apresentaram um crescimento significativo para a evolução econômica do bloco.

Segundo o gráfico 6, a União Europeia manteve-se como um parceiro comercial tradicional e de grande relevância para o Mercosul. Entre 2001 e 2021, as exportações para o bloco europeu aumentaram de US$ 18,62 bilhões para US$ 47,60 bilhões, um crescimento de mais de 150%. A pauta de exportação foi dominada por produtos primários, como soja, carne e minérios de ferro, além de alguns produtos industriais em menor escala. Apesar de períodos de oscilação, como durante a crise financeira de 2008, as exportações para a União Europeia mostraram estabilidade ao longo do tempo, consolidando-se como uma relação madura e diversificada.

A China, por sua vez, tornou-se o principal mercado para as exportações do Mercosul, com um crescimento exponencial ao longo do período. Em 2001, as exportações para a China foram de apenas US$ 3,13 bilhões, enquanto em 2021 alcançaram impressionantes US$ 96,68 bilhões, representando um aumento de mais de 30 vezes. Esse crescimento reflete a crescente demanda chinesa por commodities, como soja, minerais de ferro e carne bovina, produtos fundamentais para sustentar sua expansão econômica e urbana. A China ultrapassou tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos como principal destino das exportações do Mercosul, mas essa dependência de commodities representa um risco econômico, já que o bloco permanece vulnerável às flutuações de preços no mercado global.

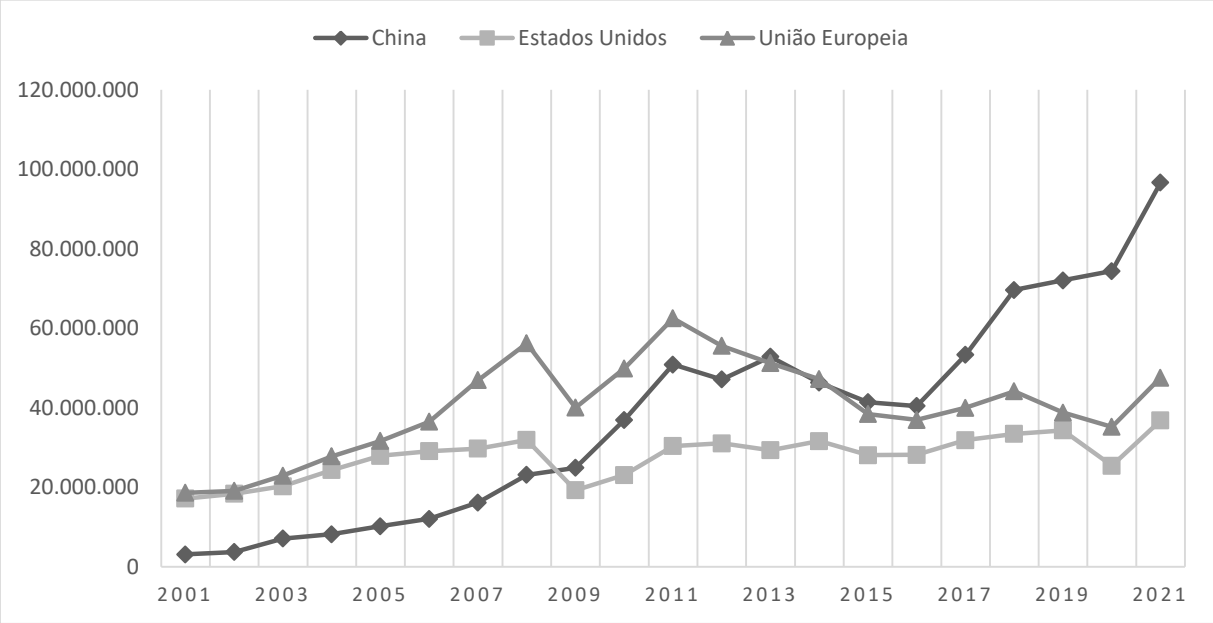
Enquanto isso, as exportações para os Estados Unidos tiveram um crescimento mais modesto. Em 2001, o volume exportado foi de US$ 17,17 bilhões, crescendo para US$ 36,88 bilhões em 2021. Embora o mercado norte-americano tenha permanecido estável ao longo do tempo, sua expansão foi mais lenta em comparação com a União Europeia e China. Os principais produtos exportados para os Estados Unidos incluíram soja, carne e, em menor escala, produtos fabricados. Apesar do menor crescimento, os Estados Unidos continuam sendo um parceiro estratégico, especialmente para produtos agroindustriais.

Ao longo do período, o protagonismo dos parceiros comerciais mudou significativamente. A União Europeia, que inicialmente era o principal destino das exportações do Mercosul, foi superada pela China a partir de meados da década de 2010. Essa mudança reflete a ascensão econômica chinesa e sua crescente integração comercial com a América Latina. Apesar disso, a União Europeia e os Estados Unidos continuam sendo mercados importantes, com destaque para sua capacidade de absorver produtos de maior valor agregado, algo que a China ainda não demonstra na mesma proporção.

As exportações do Mercosul apresentaram crescimento consistente, mas ainda são altamente técnicas em commodities, especialmente no comércio com a China. Essa dependência representa um desafio para o bloco, que precisa diversificar sua pauta de exportação e ampliar sua competitividade em setores de maior valor agregado. Ao mesmo tempo, o aprofundamento das relações comerciais com a União Europeia e os Estados Unidos pode representar uma oportunidade de crescimento em áreas como produtos industriais e agro industrializados.

O Mercosul declarou sua capacidade de expandir significativamente suas exportações no comércio extrabloco, mas a dinâmica entre os parceiros reflete tanto oportunidades quanto desafios. Enquanto a China se destaca como o principal mercado, a União Europeia e os Estados Unidos mantêm relevância estratégica, especialmente para a diversificação e o equilíbrio comercial. Para o futuro, é essencial que o Mercosul invista em inovação, industrialização e maior integração entre seus membros para consolidar sua competitividade global.

Gráfico 6 – Comércio Extrabloco: O fluxo das exportações do Mercosul no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões)



Fonte: Dados do Mercosul, elaboração própria.

No gráfico 7, entre os anos de 2001 e 2004, as importações do Mercosul refletiram o impacto das crises econômicas regionais e globais, com recuperação gradual ao longo do período. As importações da União Europeia cresceram de US$ 18,86 bilhões em 2001 para US$ 21,71 bilhões em 2004, impulsionadas pela estabilização econômica, especialmente da Argentina, após sua grave crise de 2001-2002.

Já as importações da China, que começaram em um nível relativamente baixo (US$ 2,63 bilhões em 2001), mais que dobraram em três anos, alcançando US$ 5,53 bilhões em 2004, destacando a tecnologia chinesa ao comércio global após sua entrada na OMC em 2001. Por outro lado, as importações dos Estados Unidos tiveram um crescimento expressivo, saindo de US$ 16,76 bilhões em 2001 para US$ 24,33 bilhões em 2004, refletindo a recuperação da demanda por bens industriais e tecnologia americana.

No período de 2005 a 2008, o comércio internacional viveu uma fase de expansão significativa, acompanhando o crescimento global e a alta demanda por bens de consumo e insumos industriais. As importações da União Europeia cresceram vantajosas, alcançando US$ 42,89 bilhões em 2008, refletindo a aquisição de bens de capital e produtos fabricados de alto valor agregado.

Simultaneamente, as importações da China triplicaram nesse período, subindo para US$ 29,81 bilhões, consolidando a ascensão chinesa como um grande fornecedor global. Já os Estados Unidos continuaram a expandir suas exportações para o Mercosul, com o impacto imediato de US$ 33,05 bilhões em 2008. Esse período de crescimento, no entanto, foi abruptamente interrompido pela crise financeira global de 2008.

O ano de 2009 marcou uma queda acentuada nas regiões do Mercosul, causada pelo impacto da crise financeira internacional. As importações da União Europeia caíram de US$ 42,89 bilhões em 2008 para US$ 33,56 bilhões em 2009 (-21,7%). As importações da China também recuaram, mas de forma menos severa, de US$ 29,81 bilhões para US$ 23,81 bilhões (-20,1%), refletindo a resiliência relativa da economia chinesa. Enquanto isso, os Estados Unidos foram os mais afetados, com uma queda significativa de US$ 33,05 bilhões em 2008 para US$ 23,10 bilhões em 2009 (-30,1%), devido ao impacto direto da crise no próprio mercado americano .

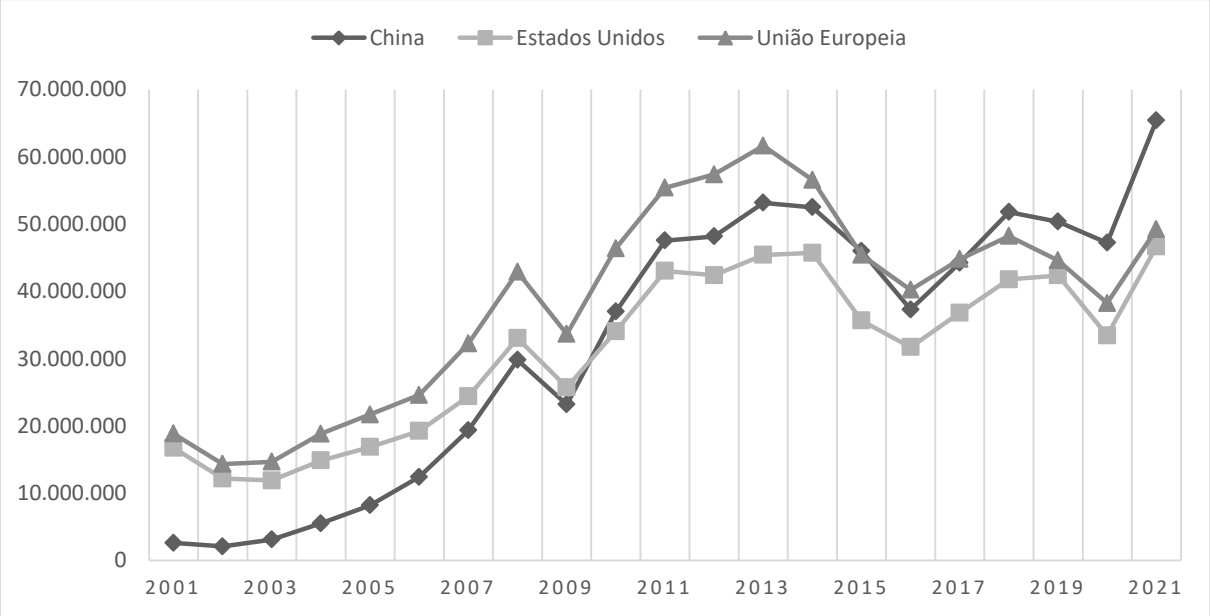
Entre 2010 e 2014, o Mercosul entrou em um novo ciclo de recuperação e crescimento econômico. As importações da União Europeia subiram consistentemente, atingindo US$ 57,40 bilhões em 2014, com uma demanda contínua por bens de alta tecnologia e fabricados. As importações da China mais que dobraram no mesmo período, alcançando US$ 74,42 bilhões, consolidando-a como o maior parceiro comercial do Mercosul. Em contrapartida, as importações dos Estados Unidos cresceram de forma mais modesta, subindo para US$ 36,98 bilhões em 2014, refletindo uma desaceleração no comércio com o Mercosul na relação com outros parceiros.

O período de 2015 a 2019 foi caracterizado por uma estabilidade relativa nas mesmas. A União Europeia manteve-se como um parceiro comercial relevante, com oscilando em torno de US$ 48 bilhões, enquanto as importações da China apoiaram o crescimento, chegando a US$ 90,85 bilhões em 2019, reforçando ainda mais sua posição de liderança . As orientações dos Estados Unidos resultaram em variações entre US$ 34 bilhões e US$ 37 bilhões, com crescimento mais lento em comparação aos anos anteriores.

A pandemia de COVID-19, em 2020, trouxe uma queda generalizada nas importações do Mercosul devido à interrupção das cadeias de suprimentos globais e à redução da demanda interna. As importações da União Europeia caíram para US$ 44,60 bilhões (-7,4% em relação a 2019), enquanto as da China recuaram para US$ 72,09 bilhões (-6,4%). Nos Estados Unidos, as importações diminuíram para US$ 34,35 bilhões (-4,8%), refletindo o impacto da pandemia na economia global.

Em 2021, com a retomada econômica pós-pandemia, as atualmente voltaram a crescer significativamente. A União Europeia registrou um aumento para US$ 49,25 bilhões, enquanto as importações da China atingiram US$ 65,43 bilhões, consolidando sua posição como o maior fornecedor do Mercosul. As estrangeiras dos Estados Unidos também se recuperaram, subindo para US$ 46,68 bilhões, refletindo a normalização gradual do comércio internacional.

Gráfico 7 – Comércio Extrabloco: O fluxo das importações do Mercosul no período de 2001 a 2021 (em US$ Milhões)



Fonte: Dados Mercosul, elaboração própria.

A União Europeia mesmo com oscilações manteve-se como um parceiro comercial relevante, no entanto as importações da China tiveram um constante crescimento, chegando a 90,85 milhões de dólares em 2019, e pegando a posição de liderança. As orientações dos Estados Unidos resultaram em variações, com crescimento mais lento em comparação aos anos anteriores. E mesmo pós-pandemia a China continuou na liderança nas importações, consolidando sua posição como o maior fornecedor do Mercosul.

CONCLUSÃO

O estudo sobre os vinte anos da evolução integração econômica Mercosul o eixo central para o desenvolvimento do presente trabalho. Fora realizada através da pesquisa bibliográfica e exploratória descritiva uma análise dos momentos históricos pelo qual o bloco já passou.

Assim, a metodologia utilizada buscou responder a questão: “Qual a evolução da integração econômica do Mercosul entre 2001 a 2021” A reflexão desta problemática visou compreender o objetivo geral, bem como os objetivos específicos que fundamentaram o estudo. Com base no referencial bibliográfico, bem como os dados dos gráficos e tabelas descritos no trabalho, buscou-se compreender se nos últimos vinte e anos ocorreram avanços no bloco e qual foi o principal destaque dessa evolução.

Durante essas duas décadas, o bloco passou por momentos de crise interna, como a recessão brasileira de 2015 e a crise financeira argentina de 2001, que trouxeram instabilidades econômicas significativas. Apesar de impactarem diretamente o comércio intrabloco, o bloco se fortaleceu por meio do comércio extrabloco, que se tornou o grande desenvolvimento econômico. A tomada de liderança da China como maior parceiro comercial do Mercosul, proporcionou que os números das exportações do bloco elevassem, superando parceiro tradicionais como a União Europeia e os Estados Unidos.

A integração entre os países membros trouxe avanços e benefícios, porém ainda se encontra barreiras, como as políticas macroeconômicas, que impede harmonização das políticas comerciais. A união aduaneira, embora estabelecida, ainda enfrentou barreiras, como listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) e dificultando na consolidação de um mercado comum.

O principal ponto foi o comércio extrabloco, a China em particular, assumiu um papel central, desbancando a União Europeia como principal destino das exportações do Mercosul em 2009 e como maior origem das importações em 2006. Esse movimento se deu pela crescente demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais, que são a base das exportações do bloco. Portanto esse cenário aponta para a necessidade de o Mercosul diversificar seu mercado, reduzir a dependência de *commodities* e investir na exportação de produtos com maior valor agregado.

No entanto o comércio intrabloco foi marcado por expansão em períodos de estabilidade econômica, mas também por retrações durante crises regionais e globais. A crise argentina de 2001, a recessão brasileira de 2015 e a pandemia de COVID-19 em 2020 são exemplos de eventos que impactaram o comércio intrabloco. Porém mesmo sendo impacto pelas crises houve períodos de recuperação, como exemplo em 2021 pós-pandemia quando o comércio intrabloco apresentou um crescimento expressivo, tendo retomada econômica e uma alta demanda por produtos do bloco.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) foram essenciais no desenvolvimento do Mercosul. O Brasil se destacou como maior economia do bloco que atraiu a maior parte desses investimentos. No entanto, as crises políticas e econômicas, como o impeachment de 2016 no Brasil, afetaram a atratividade do bloco, limitando o potencial de crescimento do IED e dificultando os setores beneficiados por esses investimentos.

De acordo com as análises realizadas, confirma a hipótese deste trabalho. Sendo assim demonstra-se que nos vinte anos do Mercosul a relação do bloco no comércio internacional, evoluiu consideravelmente, pois houve um grande crescimento no comércio extrabloco.

Dessa forma, uma análise do Mercosul entre 2001 e 2021 revela um bloco que avançou significativamente no comércio extrabloco, mas que ainda enfrenta algumas dificuldades para consolidar sua integração econômica. A dependência das exportações de *commodities*, a volatilidade econômica de seus membros principais e a falta de democracia política são fatores que limitam o crescimento do Mercosul na competitividade internacional. Os esforços para fortalecer a união aduaneira, promover maior cooperação política e diversificar o seu mercado comercial e estabelecendo acordos comerciais para maior expansão buscando o benefício de seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O MERCOSUL no contexto regional e internacional. Brasília, 1993. Disponível em: https ://www. academia .edu /42007009 /O_Mercosul_no_Contexto_regional_e_Internacional_1993_. Acesso em: 26 out. 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. In: RIBEIRO, Elisa de Sousa (coord.). Direito do Mercosul. Curitiba: Editora Appris, 2013. Cap. 3, pág. 71-92. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/097_O_desenvolvimento_do_Mercosul_progre.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

BAUMANN, Renato. Mercosul: avanços e desafios da integração. Brasília: Escritório da CEPAL no Brasil, 2001. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1549-mercosul-avancos-desafios-integracao. Acesso em: 26 out. 2024.

CABRAL, Alex Ian Psarski. União Econômica e Monetária e Mercado Comum: uma abordagem internacional das fases da integração. RIDB, Ano 2, n. 10, 2013. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/10/2013_10_10755_10794.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

CEPAL. CEPALSTAT: Banco de dados estatísticos. Disponível em: https ://statistics .cepal .org /portal /cepalstat /dashboard .html ?theme =2 &lang =es . Acesso em: 13 nov. 2024.

CERVO, Amado Luiz; **BUENO**, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/30352737/CERVO_BUENO_Historia_da_Politica_Exterior_do_Brasil_2002_LIVRO_COMPLETO. Acesso em: 26 out. 2024.

COELHO, Teresa Margarida Sobral Bento. Integração econômica regional: que perspectivas para Timor-Leste (a ASEAN e o Grupo ACP). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2003.

FERREIRA, Daiane Rodrigues; **REZENDE**, Karina Naomi Imamura de; **ABREU**, Nathalia de Lima; **BAPTISTA**, José Abel de Andrade; **NOVAIS**, Rosana Aparecida Bueno de. Suspensão política da Venezuela no Mercosul: uma análise das questões políticas e econômicas. Faculdade de Tecnologia da Zona Leste, 2019. Disponível em: https ://www .fateczl .edu .br /engetec /engetec_2019 /2_ENGETEC_paper_61 .pdf . Acesso em: 27 out. 2024.

FREIRE, Marcelo Medeiros. O fenômeno da integração econômica regional na América do Sul e o começo da integração produtiva no âmbito do MERCOSUL. 2009. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FCJS, Brasília, DF, 2009.

GRANATO, Leonardo. As relações bilaterais argentino-brasileiras no quadro da integração regional: de um quadro de rivalidade ao despertar de uma cooperação eficaz. 2012. [Doutorado em Economia Política Internacional] – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

INVESTVIS, Plataforma de Investimentos Estrangeiros**.** Disponível em: https ://www .gov .br /mdic /pt -br /assuntos /camex /investimentos -estrangeiros /investvis . Acesso em: 13 nov. 2024.

KUME, Honório; **PIANI**, Guida. A tarifa externa comum no Mercosul: avaliação e perspectivas. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 5, jan./mar. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4694. Acesso em: 26 out. 2024.

MACADAR, Beky Moron de. A desvalorização do real: um teste para o Mercosul. 1999. Disponível em: https ://core .ac .uk /download /pdf /235709147 .pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

MACHADO, Marlon Wander; **MATSUSHITA**, Thiago Lopes. Globalização e blocos econômicos. 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/DIGE/article/view/42353. Acesso em: 26 out. 2024.

MERCOSUL. Estatísticas do Mercosul. Disponível em: https ://estadisticas .mercosur .int /?linguagem =pt . Acesso em: 13 nov. 2024.

MORAES, Paulo. A Área de Livre Comércio das Américas numa perspectiva do Mercosul. Cadernos do Fórum Euro-Latino-Americano, abril 2000. Disponível em: https://www.e-cultura.pt/ieei/wp-content/uploads/docs/2022/PT_ADN_IEEI_006_0569%20A%20%C3%A1rea%20de%20livre%20com%C3%A9rcio%20das%20Am%C3%A9ricas%20numa%20perspectiva%20do%20Mercosul,%20por%20Paulo%20Moraes.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

PAMPLONA, João Batista; **FONSECA**, Juliana Fernanda Alves da. Avanços e recuos do Mercosul: um balanço recente dos seus objetivos e resultados**.** PROLAM – Perspectivas em América Latina, São Paulo, v. 1, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82318. Acesso em: 13 nov. 2024.

PEREIRA, Alexandre Carneiro. A relação entre livre comércio, defesa da concorrência e proteção dos consumidores na economia política do Mercosul. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).

PINTO, Messias de Sá. A área de livre comércio das Américas e os interesses da União Europeia na América Latina. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho: Braga. 2004.

PROTOCOLO DE OURO PRETO. Protocolo de Ouro Preto que modifica o Tratado de Assunção e o Protocolo de Brasília, sobre a criação do Mercosul. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/. Acesso em: 27 out. 2024.

RODRIGUES, Bernardo. Desenvolvimento e integração na América Latina: balanços e perspectivas para um projeto regional. 1.ed. Porto Alegre: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SCHOUERI, Luis Eduardo. A harmonização tributária no Mercosul. 2003. Disponível em: https ://schoueri .com .br /wp -content /uploads /2020 /10 /LES -Harmonizac %CC %A7a %CC %83o -Tributa %CC %81ria -no -Mercosul_2003 .pdf . Acesso em: 26 out. 2024.

SCHWEIG, Cristine; **EVANGELISTA**, Oscar Camilo Silva; **NIQUE**, Walter Meucci. Histórico das relações de integração econômica entre Brasil e Argentina e suas influências na configuração e no futuro do MERCOSUL. In: 5ème colloque de l'IFBAE, 2009, Grenoble. Anais [...] PPGA/UFRGS, 2009.

SEVERO, Luciano Wexell. Desdobramentos de entrada da Venezuela no Mercosul. Orbis Latina, [Sl], v. 2, 2012. Disponível em: https ://revistas. unila .edu .br /orbis /article /view /479 . Acesso em: 27 out. 2024.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/assuntos/atuacao-internacional/Tratadodeassuno.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. Mai. de 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/S5QjKJtrjNnWsMc8h6gnQ5m/?format=pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

VICENTINI, Marcelo Fonseca. Integração econômica – A experiência europeia e os desafios do Mercosul. Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, ano 1, n. 2, 2013. Disponível em: https ://eulacfoundation .org /system /files /digital_library /2023 -07 /INTEGRA %C3 %87AO %20ECONOMICA %20A %20EXPERIENCIA %20EUROPEIA %20E %20OS %20DESAFIOS %20DO %20MERCOSUL .pdf . Acesso em: 26 out. 2024.

VAZ, Alcides Costa. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade? Revista Brasileira de Política Internacional, v. 1, 2002. Disponível em : https://www.scielo.br /j /rbpi /a / hvCKJCyBNnmWSxRswNtNwNK / . Acesso em: 27 out. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria M. Regionalismo na América Latina e a contribuição da Cepal: avanços e limites. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de PósGraduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina. 2011.

WAQUIL, Paulo D. Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola do MERCOSUL. Análise Econômica, FEE, Porto Alegre, n. 27, p. 1-15, Mar. 1997.

WURTH, João Jorge. Mercosul e Países Associados: histórico e análise de seus indicadores macroeconômicos. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PUC GOIÁS

DECLARAÇAO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o(a) estudante, Ana Luiza Machado Pimentel: 2021.1.0021.0065-4, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, ESTÁ APTO(A), a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 25 de novembro de 2024.

Professor/Orientador: Neide Selma do Nascimento Oliveira Dias

Ciente:

Estudante/Acadêmico: Ana Luiza Machado Pimentel

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Ana Luiza Machado Pimentel, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2021.1.0021.0065-4, telefone: (62) 99172 7743, e-mail: machadoanaluiza082@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Evolução da Integração Econômica do Mercosul no período de 2001 – 2021, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JEPG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 25 de novembro de 2024.

Assinatura do(s): autor(es):

Nome completo do autor: Ana Luiza Machado Pimentel

Assinatura do professor- orientador:

Nome completo do professor-orientador: Neide Selma do Nascimento Oliveira Dias